

YBYRÁ S.A.
Companhia Aberta
C.N.P.J. 02.217.319/0001-07
NIRE 3330016627-1

YBYRÁ S.A. (anteriormente denominada Alef S.A.)

Notas explicativas às informações trimestrais em 30 de setembro de 2021
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A YBYRÁ S.A. (“Companhia”), sociedade de capital aberto com sede na cidade do Rio de Janeiro, tem por objetivo a participação em outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou quotista, participação em empreendimentos imobiliários, participação, como quotista, em fundos de investimento regularmente constituídos.

Até o momento a Companhia não exerce atividades operacionais, apresenta prejuízos acumulados e vem apresentando prejuízo recorrentes. Caso seja necessário obterá aportes de capital de seus acionistas para honrar seus compromissos de curto prazo. A Companhia está avaliando oportunidades de futuras aquisições e não tem nenhuma operação com previsão de ser finalizada até a data de emissão deste relatório.

Impactos da COVID-19 nas informações contábeis intermediárias

Em observância ao Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP/nº 02/2020, a administração da Companhia ressalta que vem acompanhando as notícias sobre os impactos econômicos provindos da pandemia do Coronavírus (COVID-19).

Embora ainda não seja possível estimar a duração ou gravidade dos impactos da pandemia de COVID- 19, a administração até o momento não identificou alterações no uso de julgamento ou alterações na elaboração de estimativas praticadas e divulgadas nas notas explicativas.

2. Apresentação das Informações Contábeis Intermediárias

2.1 Base de preparação e apresentação das informações contábeis intermediárias

a) Declaração de conformidade

As Informações Contábeis Intermediárias foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira, nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e Resoluções emitidas pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade. As Informações Contábeis Intermediárias estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A

Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das Informações Contábeis Intermediárias e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão. A emissão das Informações contábeis intermediárias foi aprovada pela Administração em 12 de novembro de 2021.



2. Apresentação das Informações Contábeis Intermediárias-- Continuação

2.1 Base de preparação e apresentação das informações contábeis intermediárias--Continuação

b) Base de mensuração

As Informações Contábeis Intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo.

c) Moeda funcional e de apresentação

As Informações Contábeis Intermediárias foram preparadas e estão apresentadas em real (R\$), que é a moeda do principal ambiente econômico onde a Companhia opera ("moeda funcional").

d) Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração das Informações Contábeis Intermediárias requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das Informações Contábeis Intermediárias foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas Informações Contábeis Intermediárias. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas, pelo menos anualmente. Não houve alterações nas premissas e políticas contábeis em relação às informações anuais da Companhia em 31 de dezembro de 2020.

2.2 Novas normas, interpretações e alterações de normas

As normas abaixo relacionadas, efetivas para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2021, não produziram impactos nas informações contábeis da Companhia:

- IFRS 3/CPC 15 (R1) - Business Combinations / Combinações de negócios: Alterado por referência à estrutura conceitual (emendas à IFRS 3);
- IAS 1/CPC 26 (R1) - Presentation of Financial Statements / Apresentação das demonstrações financeiras: Alterado pela classificação do passivo como circulante ou não circulante (emendas à IAS 1).

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as informações contábeis da Companhia.

3. Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas Informações Contábeis Intermediárias estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados.

a) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

b) Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os ativos financeiros inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de até 90 dias, a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. A Companhia possui classificado em caixa e equivalentes de caixa saldos em conta corrente bancária e aplicações financeiras, conforme Nota Explicativa nº 4.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos a valor justo por meio do resultado. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

3. Principais políticas contábeis--Continuação

b) Instrumentos financeiros--Continuação

(iii) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos. De acordo com suas políticas financeiras, a Companhia não efetua operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

(iv) Hierarquia de valor justo

A Companhia aplica a hierarquia do valor justo introduzida pelo CPC 40 (R1) Instrumentos Financeiros: Evidenciação para todos os itens mensurados ao valor justo. A hierarquia concede prioridade máxima aos inputs do Nível 1 e prioridade mínima aos inputs do Nível 3. As premissas de cada nível seguem abaixo:

- Nível 1: são preços cotados, não ajustados, em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos, que a entidade pode acessar na data de mensuração;
- Nível 2: são aqueles que não são preços cotados incluídos no Nível 1 e que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente;
- Nível 3: são inputs baseados em dados não-observáveis.

c) Tributos a recuperar

São demonstrados pelos valores originais efetivamente recuperáveis no curso normal das operações, atualizados monetariamente de acordo com as regras legais, e representam créditos fiscais associados às retenções de tributos federais.

d) Passivo circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos.

3. Principais políticas contábeis--Continuação

e) Imposto de renda e contribuição social

São calculados e registrados com base nas alíquotas e critérios fiscais vigentes na data de elaboração das Informações Contábeis Intermediárias. A Companhia adota o regime de apuração pelo lucro real, onde o imposto de renda é calculado com base na alíquota de 15%, acrescido de adicional de 10%, sobre a parcela do lucro que exceder a R\$ 240.000 ano ou R\$ 20.000 mês. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada com base na alíquota de 9%. A Companhia não apurou lucro tributável e, consequentemente, não obteve base de cálculo positiva para imposto de renda e contribuição social.

f) Impostos e contribuições a recolher

A contribuição ao Programa de Integração Social - PIS é calculada à alíquota de 1,65%, aplicada sobre o total das receitas brutas, ajustadas pelas deduções e exclusões autorizadas pela legislação em vigor. A Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS é calculada à alíquota de 7,60%, aplicável sobre a mesma base de cálculo.

g) Resultado básico e diluído por ação

O cálculo do resultado básico por ação é feito através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o mesmo período.

h) Demonstração de valor adicionado

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, aplicáveis às companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das Informações Contábeis Intermediárias.

i) Demonstração dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	09/2021	12/2020
Depósitos bancários	2.489	9
Aplicações financeiras (a)	-	131.101
	2.489	131.110

(a) As aplicações financeiras de curto prazo são constituídas de quotas de fundos de investimentos de renda fixa, mantidos em instituições de primeira linha, prontamente conversíveis em caixa. (Em 31 de dezembro de 2020, a remuneração média foi de 84,84% do CDI). A seguir está apresentada a composição da carteira de aplicações financeiras:

Fundo	Nível	Administrador	09/2021		12/2020	
			Qtde. de Cotas	Valor	Qtde. de Cotas	Valor
Opportunity TOP DI FICFI	1	BNY Mellon	-	-	26.166,64	121.354
Itaú Top DI FICFI Ref.	1	Banco Itaú	-	-	1.995,01	9.747
				-		131.101

5. Tributos a recuperar

Descrição	09/2021	12/2020
IRPJ 2017	-	1.171
IRPJ 2018	670	668
IRPJ 2019	1.020	980
IRPJ 2020	413	413
IRRF a recuperar	193	-
	2.296	3.232

6. Fornecedores

Descrição	09/2021	12/2020
Fornecedores	45.514	-

O saldo de fornecedores é composto pela prestação de serviços de terceiros, para desenvolvimento das atividades da Companhia.

7. Contas a pagar

O saldo de Contas a pagar está representado pelo valor de R\$ 3.000, referente a contratação de serviço de contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares.

8. Partes relacionadas

A Companhia não efetuou qualquer remuneração a diretores, administradores ou a pessoas chave da Administração durante o período de 01 de janeiro a 30 de setembro de 2021.

A Companhia possui obrigação com o administrador no montante de R\$ 126.220 pelo pagamento de despesas.

9. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social está representado por 116.574.000 (116.574.000 em 31 de dezembro de 2020) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. A Companhia poderá aumentar o seu capital, independentemente de decisão em assembleia, até o limite de R\$ 1.000.000.000, mediante deliberação do Conselho de Administração.

A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 05 de março de 2020, aprovou o aumento de capital social da Companhia em R\$179.000, mediante a emissão privada de 17.900.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, pelo preço de R\$ 0,01 por ação.

b) Dividendos

Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos não inferiores a 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral.

c) Prejuízo básico e diluído por ação

Conforme requerido pela CPC 41 - Resultado por ação, foram reconciliados o prejuízo e a média ponderada das ações em circulação com os montantes usados para calcular o prejuízo por ação básico e diluído:

	<u>Prejuízo do período (em R\$)</u>	<u>Quantidade de ações</u>	<u>Resultado por ação em R\$</u>
30/09/2020	(112.456)	112.428.044	(0,00100)
30/09/2021	(308.684)	116.574.000	(0,00265)

10. Despesas administrativas e gerais

	<u>09/2021</u>	<u>09/2020</u>
Serviços prestados por terceiros	(241.560)	(48.014)
Associações diversas	(43.218)	(42.161)
Despesas judiciais e legais	(2.440)	-
Outras despesas	(9.666)	(7.959)
	<u>(296.884)</u>	<u>(98.134)</u>

11. Resultado financeiro líquido

Despesas financeiras	09/2021	09/2020
Juros e multa de mora	(21)	-
Despesas bancárias	(18)	-
Outras despesas financeiras	(1)	(264)
	(40)	(264)
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	417	1.694
Variações monetárias	47	458
	464	2.152
Resultado financeiro líquido	424	1.888

12. Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração da Companhia tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

Riscos de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. A exposição máxima ao risco de crédito é representada pelos valores dos ativos financeiros reconhecidos no balanço patrimonial.

No que tange as instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instrumentos financeiros de primeira linha, consideradas de baixo risco.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Risco de juros e taxa de câmbio

A Companhia gerencia esse risco ponderando a contratação de taxas pós-fixadas e prefixadas. Essas contratações estão expostas ao risco de flutuações na taxa de juros em função da parte passiva das operações de dívidas referenciadas em CDI. O saldo de caixa e equivalentes de caixa, indexados ao CDI, neutraliza parcialmente o risco de taxa de juros.

12. Estrutura do gerenciamento de risco--Continuação

Análise da sensibilidade dos instrumentos financeiros

O CPC 40 (IFRS 7) estabelece que a entidade deve divulgar quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a entidade esteja exposta na data de encerramento de cada período, incluídas todas as operações com instrumento financeiro.

A tabela a seguir demonstra a análise de sensibilidade preparada pela Administração da Companhia e o efeito das operações em aberto em 30 de setembro de 2021:

Operação		Fator de risco	Cenário provável	Cenário I – deterioração de 25%	Cenário I – deterioração de 50%
Ativos					
Indexador		CDI	5,00%	3,75%	2,50%
Aplicações financeiras		-	-	-	-
(a)					

(a) Em 30 de setembro de 2021 (Nota nº 4) não existiam valores em aplicações financeiras.